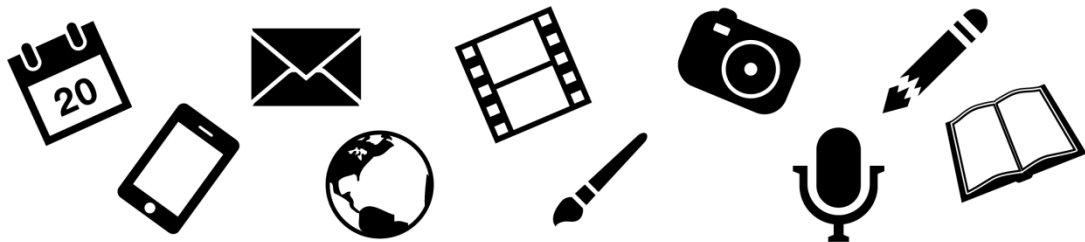




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

09 e 10 de julho de 2016

Diário Catarinense

Capa

“Uma voz contra o tabu do aborto legal”

Uma voz contra o tabu do aborto legal / Gravidez / Estupro

UMA VOZ CONTRA O TABU DO ABORTO LEGAL

Entenda por que, embora prevista em lei, a interrupção de gravidez em casos de estupro ainda encontra barreiras entre médicos e instituições públicas



Jovem engravidada
pelo pai é um
dos casos
atendidos pela
rede pública

Sua Vida | 26 a 31

Quando escolher é um direito / Aborto / Brasil / Estupro / Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas / Ipea / Doenças sexualmente transmissíveis / Gestação / Gravidez / Conselho Federal de Medicina / Sistema Único de Saúde / SUS / Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes / Programa de interrupção de gravidez dentro da lei / Código Penal Brasileiro / Supremo Tribunal Federal / STF / Ministério da Saúde / Violência sexual contra mulheres e adolescentes / Atenção humanizada ao abortamento / Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Maternidade Darcy Vargas / Hospital Santo Antônio / Anencefalia

SUA VIDA | ABORTO LEGAL DIÁRIO CATARINENSE, SABADO E DOMINGO, 9 E 10 DE JUNHO DE 2016 26

QUANDO ESCOLHER É UM DIREITO

O ABORTO É PERMITIDO no Brasil em três situações, entre elas o estupro. Mesmo assim, a maioria das mulheres desconhece o serviço, e grande parte dos médicos se recusa a fazer o procedimento. Em Santa Catarina, a situação é mais grave. Em 2015 o Estado registrou 38 interrupções legais de gravidez frente a 1.704 no país

GABRIELE DUARTE
Reportagem

BETINA HUMERES
Imagem

KARINA SILVEIRA
Design

FERNANDA MUELLER
Assistente de imagem

CRIS VIEIRA
Edição

RICARDO WOLFF
Edição de imagem



Navegue pelo especial online [leia.dcz/AbortoLegal](#)

Laudelina* não quis parir um filho com quem iria compartilhar o próprio pai. Rejeitou uma gravidez resultante de uma série de estupros cometidos dentro de casa que colocaria no colo dela um filho-irmão. A jovem de 24 anos natural do Maranhão reagiu à realidade que, infelizmente, é comum no país: ser violentada sexualmente por pessoas próximas. Conforme dados de 2014 do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos da vítima.

— Por ser interior, é costume lá. Eu tenho uma prima que engravidou do pai. Todo mundo olha para a criança e diz: ah, é a tua cara! Todo mundo se parece lá. [Denunciar] não dá em nada. Teve uma mãe que denunciou, e a família expulsou de casa.

Cansada de ser abusada, fugiu para Santa Catarina na companhia de uma prima. Depois de um ano estudando segurança do trabalho, trabalhando em um restaurante e construindo nova vida em Florianópolis, voltou à cidade natal no Nordeste para visitar a mãe acamada. Foi, então, novamente estuprada pelo pai. Preferiu, mais uma vez, esquecer o sofrimento longe dali e não procurou a ajuda que poderia vir da rede de doenças sexualmente transmissíveis e da gestação. Paralisou de medo e vergonha.

Para desespero de Laudelina, em novembro do ano passado a menstruação atrasou. Testes de farmácia e sangue comprovaram a gravidez, fruto da relação incestuosa. A mesma certeza tinha em relação à gestação: nenhuma outra opção além de não ter a criança e tranquilizava. Lembrar a concepção daquele ser que crescia em seu ventre era como se fosse violentada mais uma vez.

— Quando a gente toma essa decisão, a gente tem medo de ser criticada pelos outros. Porque eu sou de família católica. É uma coisa que eles não aceitam. Você pode ser mãe solteira, mas abortar, nunca. Preferem te humilhar a vida toda do que te apoiar em uma decisão que vai te fazer feliz.

Até a 18ª semana, já com uma barriga saliente de quase cinco meses, pensou em procurar clínicas

clandestinas de aborto. Mas, mesmo sem conhecer amplamente seus direitos, instintivamente mudou de ideia. Não queria correr o risco de morrer por algo que não teve culpa e encorpar a estatística que coloca o aborto como a quinta causa de mortalidade de materna no Brasil, conforme o Conselho Federal de Medicina. O Sistema Único de Saúde (SUS) carrega o peso desse número ao realizar em vezes mais procedimentos pós-aborto do que abortos legalizados há três anos.

— Fui no postinho e me encaminharam para cá [Hospital Regional de São José], direto na maternidade. Pelo apoio que não tive com a minha família e tive com eles, decidi que era a coisa certa a fazer. Claro que lembro que era uma criança, que não tinha culpa de nada. Mas eu não ia conseguir olhar para essa criança e saber que é meu irmão-filho, não ia conseguir amar uma criança que eu não quis — diz a moça.

Laudelina* é uma das cinco mulheres que abortaram de maneira legal uma gestação forçada no Hospital Regional de São José, na Grande Florianópolis, desde que a unidade de saúde aderiu ao programa de interrupção de gravidez dentro da lei, em 2012. Duas filhas que eram mantidas em cárcere privado pelo próprio pai, em Rio Negrinho, também puseram fim à gestação violenta no mesmo local. No caso mais recente, em junho deste ano, outra moça violentada pelo padrasto evitou um filho não desejado.

Desde 1940, o artigo 128 do Código Penal Brasileiro isenta de punição o médico que realizar aborto para salvar a vida da gestante ou se a gravidez resultar de estupro. Mais recentemente, em 2012, casos de anencefalia fetal também foram incluídos nesse rol em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Mas é a lei 12.845, de agosto de 2013, que orienta o atendimento dos profissionais de saúde no serviço público focado na interrupção da gestação dentro dos meios legais. A padronização da assistência

e dos procedimentos adotados nesses casos é definida em duas normas técnicas do Ministério da Saúde: Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes e Atenção Humanizada ao Abortamento.

A reportagem do Diário Catarinense esteve nas quatro instituições referenciadas para realizar o aborto previsto em lei no Estado: Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis; Hospital Regional de São José Dr. Homero Miranda de Gomes; Maternidade Darcy Vargas, em Joinville; e Hospital Santo Antônio, em Blumenau. Em todos eles, a maior parte dos poucos casos de aborto já realizados tem origem no estupro, conforme dados dos próprios hospitais. Os órgãos de saúde catarinenses não têm um banco de dados que centralize as estatísticas de aborto. A transparência não é o forte em relação aos dados públicos sobre o aborto, que acabam restritos a algumas entidades em nível nacional.

Pouquíssimos médicos alocados nas unidades referenciadas em Santa Catarina iniciam o atendimento das vítimas de violência sexual que não querem levar a gestação adiante em razão do trauma sofrido — no Regional de São José, por exemplo, só dois fazem frente a uma equipe composta por 40 médicos. Os que se recusam se apoiam na chamada objeção de consciência, garantida pela legislação médica, em que podem alegar questões religiosas, morais e éticas — argumentos que dificultam a efetivação de um direito conquistado pela sociedade. O cenário, que se repete no país, é agravado pela falta de divulgação do aborto legal, que tira o aspecto público e social de uma política que não chega a quem precisa.

Ultrapassado o muro do silêncio em relação à denúncia, as vítimas tem de encontrar amparo prático sozinho, porque não há sequer uma cartilha que mencione a interrupção de gestação como uma possibilidade legalizada.

OS TRÊS CASOS EM QUE O ABORTO PODE SER FEITO

QUANDO NÃO HÁ OUTRO MEIO DE SALVAR A VIDA DA MULHER

Dois médicos devem assinar um laudo sobre o risco de morte para a mulher. É recomendada-se um obstetra e um especialista na complicação que ela tem.

QUANDO A GRAVIDEZ RESULTA DE ESTUPRO

Não há necessidade de registro policial, mas os profissionais de saúde devem verificar se há alguma contradição na história antes de autorizar o procedimento. Eles devem realizar uma ecografia para confirmar se o tempo de gestação está de acordo com o relato da vítima. Um conjunto de documentos deve ser preenchido e assinado:

TERMO DE RELATO CIRCUNSTANCIADO - A mulher declara que sofreu um abuso e o descreve. Dois profissionais de saúde assinam como testemunhas.

PARECER TÉCNICO - O médico afirma que há compatibilidade entre a idade gestacional e a data da violência.

TERMO DE APROVAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ - Três integrantes da equipe multidisciplinar atestam que o pedido de aborto por estupro está em conformidade com a legislação, aprovando sua realização.

TERMO DE RESPONSABILIDADE - A paciente assume a responsabilidade penal pelos crimes de falsidade ideológica e aborto, caso tenha falsado com a verdade.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - A paciente declara ter sido esclarecida sobre o procedimento e ter decidido interromper a gestação.

NOS DIAGNÓSTICOS DE ANENCEFALIA

Em 2012, o STF considerou que não é crime a interrupção de gravidez quando o feto não desenvolve cérebro e cerebelo. Para a realização, são necessárias duas ecografias que comprovem a anencefalia.

COR, NOMES E FOTOS

Lilás é a cor do feminismo. Daí o uso do tom no design das páginas.

Há três nomes fictícios nesta reportagem, Laudelina*, Tamará* e Patrícia* para preservar a identidade das entrevistadas. Dois deles são de mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil: Laudelina de Campos Melo e Patrícia Rebêder Galvão (Pagu).

As fotos desta e da última página são um ensaio produzido com a modelo Paula Felitto da Costa para ilustrar esta reportagem.



Equipe relata a resistência encontrada em hospitais para produzir a matéria. leiadc.sc/AbortoBastidores

||

QUANDO A GENTE TOMA ESSA DECISÃO, A GENTE TEM MEDO DE SER CRITICADA PELOS OUTROS. PORQUE EU SOU DE FAMÍLIA CATÓLICA. É UMA COISA QUE ELAS NÃO ACEITAM. VOCÊ PODE SER MÃE SOLTEIRA, MAS ABORTAR, NUNCA.

LAUDELINA*

Enunciadora do termo de interrupção da gravidez





Maternidade Darcy Vargas em Joinville é um dos hospitais referências no Estado

MAIORIA DOS MÉDICOS RECUSA ATENDIMENTO

Aproximadamente 7% dos casos de estupro resultaram em gravidez no ano de 2011 no Brasil. A estatística, que é a mais recente, foi levantada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Se a porcentagem parece pequena, o mesmo estudo ainda escancara o problema: 67,4% dessas gestantes que carregam filhos de um abuso não tiveram acesso ao serviço de aborto legal – mesmo a mulher podendo ser atendida em qualquer estabelecimento público de saúde que possua serviços de obstetria, conforme nota enviada pelo Ministério da Saúde.

Em Santa Catarina, esse contexto é mais grave. No ano passado, a Secretaria de Segurança Pública registrou 2.292 casos de estupro consumados. Seguindo a tendência apontada pelo Ipea, é provável que 160 mulheres tenham engravidado a partir dessas violências. Mas o Ministério de Saúde só registrou 38 abortos legais no Estado, frente a 1.704 em todo o país. Dessa forma, é possível estimar que 76,25% das mulheres possivelmente tenham ficado sem acesso à interrupção da gravidez indesejada.

A primeira justificativa para isso está dentro do próprio hospital. A maioria dos médicos se recusa a iniciar o aborto legal. Eles alegam objeção de consciência por motivos pessoais, éticos e, principalmente, religiosos. No Hospital Regional de São José, por exemplo, apenas 5% do corpo clínico faz a interrupção da gestação decorrente de estupro.

– Dos quase 40 médicos, só dois iniciam o procedimento. Eu não sei se esses que fazem vão estar lá sempre. Mas uma vez iniciado, tem que ir para frente, porque é um risco para a paciente – detalha o médico responsável, Rodrigo Dias Nunes.

A dificuldade é evidente na avaliação do ginecologista responsável pelo serviço na Maternidade

Darcy Vargas, em Joinville, Valdir Martins Lampa: – Para a vítima, isso pode ser uma emergência, mas para nós é considerado eletivo. Nós ainda temos que procurar o médico que possa oferecer esse trabalho. Mesmo como diretor técnico eu não tenho como obrigar ninguém a fazer isso.

A ginecologista Tamara* é outra que se abstém. Apesar de reconhecer o direito das mulheres, fica claro o desestímulo em seu discurso:

– Pela minha convicção religiosa, eu não me sinto à vontade para fazer. É ela que quer interromper essa gravidez. Não concordo, talvez porque dentro da nossa lei ou da maneira com que é conduzido, é alguém da equipe de saúde que vai matar esse bebê. Ela poderia receber a medicação e fazer. Muitas vezes o fato de ela não precisar fazer tira a culpa dela de estar provocando esse aborto.

||
PELA MINHA CONVICÇÃO RELIGIOSA, EU NÃO ME SINTO À VONTADE PARA FAZER. É ELA QUE QUER INTERROMPER ESSA GRAVIDEZ, E DENTRO DA NOSSA LEI É ALGUÉM DA EQUIPE DE SAÚDE QUE VAI MATAR ESSE BEBÊ.

TAMARA*
Ginecologista em Joinville

A plantonista, que prefere não ser identificada, não se opõe à prática quando se trata de risco de morte materna e anencefalia:

– Fico muito mais tranquila, porque aí penso que esse bebê realmente não tem chance [com anencefalia]. Eu só estou dando a oportunidade da mãe de não precisar adiar esse luto. E no risco de morte da mãe, normalmente não é uma indicação médica absoluta. O casal tem que ajudar nessa decisão – observa.

Tamara* atua com Patrícia* no plantão da maternidade em um dos hospitais catarinenses referenciados para o atendimento. Justamente porque uma faz o aborto, e a outra não. A ginecologista Patrícia* que igualmente mantém a identidade em sigilo, lamenta que sua postura seja minoria no qua-

dro de médicos que atende mulheres violentadas:

– O estupro é uma agressão muito grande para a mulher. Deixá-la por nove meses com um fruto dessa agressão extrema é algo que nenhuma mulher merece. Não dá para as nossas convicções pessoais interferirem nisso. Porque é legal. Respeito [a objeção de consciência], mas às vezes considero hipocrisia.

||
O ESTUPRO É UMA AGRESSÃO MUITO GRANDE PARA A MULHER. DEIXÁ-LA POR NOVE MESES COM UM FRUTO DESSA AGRESSÃO EXTREMA É ALGO QUE NENHUMA MULHER MERECE. NÃO DÁ PARA AS NOSSAS CONVICÇÕES PESSOAIS INTERFERIREM NISSO.

PATRICIA*
Ginecologista em Joinville

Enquanto os médicos apresentam resistência, é entre o restante da equipe multidisciplinar que a mulher encontra amparo. A assistente social de Joinville Zaira Alechieri, que acompanhada de uma psicóloga faz a acolhida inicial das mulheres da região Norte, rebate a objeção de consciência ao lembrar que toda a documentação exigida tem valor legal e, portanto, resguarda os profissionais.

– É um atendimento superimportante para a mulher, que chega com um sofrimento grande. Isso é algo que deve ser indiferente dos meus valores. Não interessa se eu sou católica. Eu tenho que atender. Nós, profissionais da saúde, não temos o direito de julgamento.

O outra explicação para o baixo número de procedimentos no Estado está na pouca – ou nenhuma – divulgação nos hospitais, relata a assistente social do Hospital Regional de São José, Salete Marques Dias, que trabalha com o tema há 20 anos em Santa Catarina.

– Nosso maior desafio é a baixa incidência de procura. Quisera fosse porque tem pouca gestação por estupro, mas não é. O que impede é a desinformação. As pessoas não sabem que isso existe. A divulgação é uma coisa cheia de melindres, porque o Estado não quer dizer que tem uma política de aborto. Precisamos trabalhar o tema com todas as pessoas da unidade de saúde, porque essa mulher circula em todos os espaços.

FALTA SERVIÇO ESTRUTURADO EM SC

A pesar de Santa Catarina ter quatro hospitais-referência para atendimento de aborto legal, não existe uma ala ou um setor destinados à interrupção de gestação nas instituições. Também significa que a mulher violentada concorre com gestantes e parturientes, por exemplo, já que costumeiramente é atendida na emergência da maternidade. Há, inclusive, quem tenha receio até de pronunciar a palavra aborto, mesmo que trabalhe com isso. Os casos de abortamento legal que envolvem estupro são encaminhados pelos centros de atenção às vítimas de violência sexual — mantidos no hospital ou prefeituras em postos de saúde — e executados por equipes de plantão nas maternidades. Outro agravante é que os hospitais concentram-se no litoral, Vale do Itajaí e Norte do Estado, deixando desassistidas as regiões Sul, Meio-Oeste e Oeste.

No Hospital Universitário da UFSC, onde de duas a três vítimas de violência sexual são atendidas por mês, está o serviço estruturado há mais tempo. Psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras e médicas acolhem mulheres abusadas em um processo que dura cerca de três horas. As gestações são interrompidas com no máximo 19 semanas, e não 22, como diz o Ministério da Saúde. Desde 2005, profissionais do HU ouvem os relatos de violência, recolhem a documentação necessária e marcam o aborto, que é feito por indução medicamentosa ou aspiração na Emergência da Maternidade. Em 2014, quando se estruturou a Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual (Raivs) no HU, o número de interrupções por estupro foi o maior: 12.

— Recebemos até pacientes de outros Estados. Todos atendem para que não fique justificado, por exemplo, que a Ligia é a enfermeira do abortamento. Porque a gente já tem esse título, tá? Há a objeção de consciência para o ato em si, dentro da sala de parto, não para o acolhimento — observa a enfermeira responsável pelo serviço no HU, Ligia Dutra.

Após o procedimento, a paciente fica em observação e recebe apoio psicológico por até seis meses. O atendimento, que vem junto com consultas médicas agendadas no hospital, pode continuar por quanto tempo a paciente quiser. A médica ginecologista da rede do HU Emairise Paes de Andrade reforça a importância do acompanhamento:

— A paciente tem necessidade também psicológica. Muitas têm dificuldade até de fazer o exame físico. Precisamos acolher e mostrar que no momento que acaba o abortamento não acaba a vida dela. Elas voltam para as consultas, e não para novos abortos. O bom atendimento torna a paciente uma disseminadora do serviço.

ESTADO RECONHECE FALHA

A coordenadora das Políticas de Saúde da Mulher da Secretaria de Estado da Saúde, Maria Simone Pan, lembra que a objeção de consciência para o aborto legal e qualquer outro procedimento é um direito da classe médica. Mas ela reforça que cabe ao médico objetar, não ao hospital: — Não tem como obrigar ninguém a fazer. O que tem que ficar claro é que a objeção é do profissional, não da instituição. O profissional não está acima da instituição. Ela acrescenta que a secretaria nada tem a fazer a respeito. Já em relação à divulgação do aborto previsto em lei, Maria Simone reconhece falhas e afirma que o órgão estadual depende do apoio dos meios de comunicação.

Esse pós-atendimento não é garantido no Hospital Regional de São José, cuja Comissão de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, estabelecida em 2007, não dispõe de ambulatório para oferecer o serviço. O hospital só aderiu ao programa aborto legal em 2012, conforme lembra o médico ginecologista responsável Rodrigo Dias Nunes, que contabiliza cinco procedimentos abortivos desde então.

— Ao longo do atendimento, essas pacientes são sempre estimuladas a não abortar, porque podem se arrepender — fala Rodrigo, que alega objeção porque é espirita.

Printípios pessoais também tendem a guiar a atuação dos profissionais dos outros dois hospitais catarinenses credenciados para o aborto legal. Em Blumenau, as vítimas são inicialmente atendidas na Policlínica de Referência e Especialidades Lindolf Bell, que faz um primeiro filtro.

— Atendemos vítimas de estupro. O abortamento é só um braço do atendimento. Espero que elas não venham aqui porque engravidaram, mas porque sofreram violência sexual, porque temos uma capacitação especial — contextualiza o médico do posto, Gerson Mattos.

Quando confirmada a necessidade de interrupção da gestação, elas são levadas até o Hospital Santo Antônio, distante seis quilômetros dali, onde dois médicos foram capacitados, mas apenas um atua hoje. Entre 2006 e 2016, houve quatro abortamentos previstos em lei provocados por violência sexual, conforme a Secretaria Municipal de Saúde. Um caso foi negado, e o hospital alegou divergência de informações.

A pesar de tampouco dispor de centro de atenção à vítima de violência sexual e depender das prefeituras para essa triagem inicial e acompanhamento posterior, a falta de boletim de ocorrência para comprovar o estupro é o aspecto que mais incomoda os profissionais que atuam em casos de aborto legal na Maternidade Darcy Vargas, em Joinville, embora o BO não seja necessário desde 2005 por meio de norma do Ministério da Saúde. Nessa unidade, foram cinco casos atendidos pela equipe, que atua desde o fim de 2014 e conta com 22 médicos (10 com objeção de consciência).

— O que mais nos assusta é a maneira como as coisas se apresentam, ou seja, não precisa nenhuma autorização judicial, boletim de ocorrência, nada. Somente o relato da vítima. Será que nós estamos atendendo uma pessoa que foi realmente violentada? Nossa preocupação é de que é algo legal, que não deveria ser tão legal assim — explica o ginecologista responsável pelo serviço de aborto legal da Maternidade Darcy Vargas, Valdir Martins Lampa.

RELIGIÃO INFLUENCIA, ASSUME CRM

A conselheira do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM-SC) Sheila Koettler Silveira diz que não há uma solução para a questão da objeção de consciência.

— Porque isso é uma coisa de cada pessoa. O médico tem direito de se negar a fazer o aborto se ele acredita que aquilo vai contra os seus princípios éticos.

Sobre a religião, a representante do CRM-SC também acredita que exerça influência nas escolhas dos profissionais.

— Algumas decisões do médico vai tomar com base naquilo que ele acredita. Ela, que é médica ginecologista do HU da UFSC, reconhece que o assunto é pouco discutido entre os médicos.

O QUE MAIS NOS ASSUSTA É A MANEIRA COMO AS COISAS SE APRESENTAM, OU SEJA, NÃO PRECISA NENHUM BOLETIM DE OCORRÊNCIA, NADA. SOMENTE O RELATO DA VÍTIMA. SERÁ QUE NÓS ESTAMOS ATENDENDO UMA PESSOA QUE FOI REALMENTE VIOLENTADA?

VALDIR LAMPA
Ginecologista
Hospital Santo Antônio

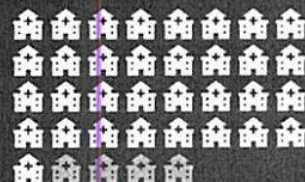
TABU EM NÚMEROS

SOMENTE 1,6 MIL MULHERES FIZERAM ABORTO PELO SUS EM 2014 E 200 MIL FORAM AO HOSPITAL DEPOIS DE ABORTAR

EM 2015, FORAM 3.704 PROCEDIMENTOS NO PAÍS SENDO 38 REALIZADOS EM SC

OU SEJA, A CADA 66 ABORTOS, UM FOI REALIZADO EM SC

O BRASIL TEM 37 SERVIÇOS DE SAÚDE ATIVOS PARA O ABORTO LEGAL. EM SC, HÁ QUATRO



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFSC
FEZ 38 ABORTOS POR ESTUPRO DESDE 2006, AO RISCO DE MORTE MATERNA E 14 POR ANENCÉFALIA DESDE 2012.

HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ
FEZ CINCO ABORTOS POR ESTUPRO DESDE 2012

MATERNIDADE DARCY VARGAS
EM JOINVILLE, FEZ CINCO ABORTOS LEGAIS POR ESTUPRO DESDE 2014

HOSPITAL SANTO ANTÔNIO
EM BLUMENAU FEZ QUATRO ABORTOS LEGAIS DESDE 2006

94% DAS GESTAÇÕES INTERROMPIDAS SÃO CONSEQUÊNCIA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

PERCENTUAL DE MULHERES QUE TIVERAM DE MOSTRAR BOLETIM DE OCORRÊNCIA QUE COMPROVASSE A VIOLÊNCIA SEXUAL, MESMO A LEI DIZENDO QUE O DOCUMENTO NÃO É NECESSÁRIO **14%**

O PROCEDIMENTO SÓ FOI FEITO COM ALVARÁ JUDICIAL EM **8%** DOS LOCAIS

O MINISTÉRIO DA SAÚDE CONTABILIZA **9.469** ABORTOS LEGAIS NO BRASIL ENTRE 2010 E 2016

OS PROCEDIMENTOS CUSTARAM **R\$ 1,99 MILHÃO**

* números mais recentes
Fontes: Ministério da Saúde, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, Secretaria de Políticas Para Mulheres (posteriormente extinta), Secretaria de Saúde de SC e hospitais catarinenses.



SEGUIE

MULHERES NÃO PODEM TEMER CADEIA OU MORTE

Há apenas 37 serviços de referência para o aborto legal funcionando no país. Em sete Estados, não há nenhum ativo. Há 15 serviços que realizaram menos de 10 procedimentos nos últimos 10 anos, mesmo que quatro deles estivessem localizados em capitais e fossem os únicos da região. Para a antropóloga Debora Diniz, os dados da Associação Artemis, que promove a autonomia feminina, revelam violência institucional perpetuada por quem deveria acolher as vítimas.

– O aborto já é um evento reprodutivo comum na vida das mulheres. A Pesquisa Nacional do Aborto mostrou que uma em cada cinco mulheres até os 40 anos já fez pelo menos um aborto no Brasil. Atentar a esse dado é reconhecer que as mulheres precisam ter condições de tomar suas decisões reprodutivas sem temer cadeia ou morte – contextualiza Debora, também vinculada ao Anis, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

A médica catarinense Halana Feroldi, que atuou em 2015 no primeiro hospital do país a realizar o aborto legal, o Hospital do Jabaquara, em São Paulo, endossa o que Debora chama de “regime de suspensão à história da violência sofrida pela mulher”.

– Quando a mulher consegue encontrar um profissional capacitado e ele está no seu dia de plantão, ela ainda passa por um verdadeiro interrogatório institucional. Os profissionais de saúde precisam entender que não são polícia e não precisam ficar tentando determinar se aquilo que ela está falando é verdade ou não – diz Halana.

A garantia do aborto legal em caso de estupro está diretamente relacionada à manutenção da saúde da mulher estuproada, conforme analisa a secretária-executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Clair Castilhos:

– A questão da saúde mental é básica, e não só na gravidez resultante de estupro, mas em qualquer uma. Porque às vezes a mulher quer o filho, teve um aborto espontâneo, chega ao hospital para fazer a curetagem, eles partem do princípio de que foi um aborto provocado e ficam acusando a mulher. Elas precisam ser atendidas de forma adequada, humanizada e competente, porque esse contexto é efetivamente um problema de saúde pública. O aborto é um dos maiores determinantes da mortalidade materna, principalmente daquelas que interrompem de forma clandestina.

Além de os órgãos de saúde divulgarem mais um serviço que é legal e de a categoria médica discutir a questão da objeção de consciência, fica clara a necessidade de se criar estratégias mais pragmáticas. Estabelecer, em editais de seleção de profissionais nos hospitais públicos, a necessidade de fazer o aborto legal é uma possibilidade. Em Belém do Pará, a medida surtiu efeito e o Estado do Norte apresenta número razoável de procedimentos: 279 de 2012 a 2015. A médio e longo prazo, a virada também pode estar nas universidades: preparar profissionais de saúde empáticos à saúde da mulher.

PROJETO DE LEI PRETENDE TORNAR CRIME O ABORTO LEGAL

A mulher que deseja interromper uma gravidez decorrente de violência sexual é uma mentirosa. Esse é o pensamento dos autores do projeto de lei 5.069 de 2013, que torna crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante ao aborto. O texto teve parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e, em defesa,

o então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RR), disse que “sem medo da polícia, (elas) atravessam portas de hospitais, inventam histórias descabidas de estupro e pedem o direito ao aborto legal”. Ao tentar impor barreiras no acesso aos serviços de abortamento nos três casos permitidos em lei, o Poder Legislativo mostra desconhecimento acerca de uma realidade que já é inhospita para as vítimas.

COMO É FEITO O PROCEDIMENTO LEGALIZADO

ATÉ 12 SEMANAS DE GESTAÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o método preferencial é a aspiração a vácuo intrauterina, considerada rápida e eficiente. Utiliza-se a aspiração manual intrauterina (AMIU), um procedimento feito com cânulas flexíveis que aspiram e captam simultaneamente a cavidade uterina. Antes do procedimento, costuma-se usar alguma medicação para dilatar o colo do útero. A anestesia pode ser paracervical, se as condições forem favoráveis. A alta pode ocorrer duas horas depois do procedimento.

MAIS DE 12 SEMANAS DE GESTAÇÃO

Recomenda-se o uso de medicação para induzir a expulsão do feto. Esse processo pode levar algumas horas ou mesmo alguns dias. Para alívio da dor, pode-se utilizar analgésicos. O esvaziamento do útero é completado com uma curetagem, geralmente realizada sob anestesia geral. Nesse caso, são pelo menos 12 horas até a alta.

SAIBA MAIS

TEMPO DE GESTAÇÃO

A legislação não estabelece até que período da gestação é possível fazer o procedimento, mas em notas técnicas o Ministério da Saúde define abortamento como “a inter-

rupção da gravidez até a 20ª ou 22ª semana de gestação, e com produto da concepção desando menos que 500g” e afirma: “Não se recomenda a interrupção da gravidez após 20 semanas de idade gestacional. A mulher deve ser informada da impossibilidade de atendimento da solicitação e aconselhada ao acompanhamento pré-natal especializado, facilitando-se o acesso aos procedimentos de adoção, se assim o desejar”.

IDADE DA GESTANTE

A partir dos 18 anos, a mulher é considerada capaz de consentir sozinha a realização do aborto. Entre 16 e 18 anos, a adolescente deve ser acompanhada pelos pais ou pelo representante legal, que se manifesta com ela. Se a adolescente ou criança tem menos de 16 anos, deve ser representada pelos pais ou por seu representante legal, que se manifesta por ela.

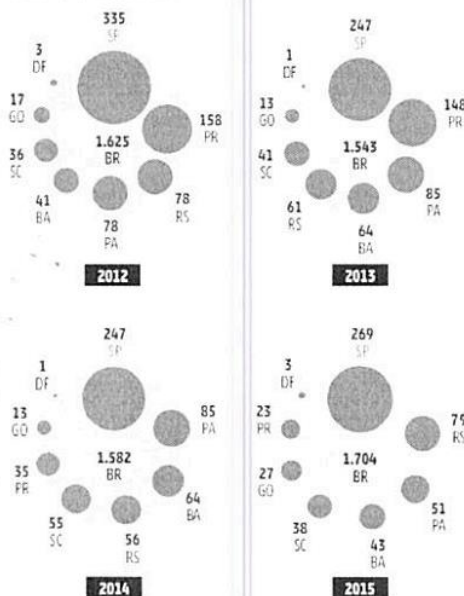
REGISTRO POLICIAL

Não há necessidade de fazer registro na polícia para fazer um aborto na rede de saúde. Segundo o Ministério da Saúde, deve-se orientar a mulher “a tomar as providências policiais e judiciais cabíveis, mas, caso ela não o faça, não lhe pode ser negado o abortamento”.



SANTA CATARINA APARECE NAS ÚLTIMAS POSIÇÕES EM RANKING DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO BRASIL

São Paulo lidera a lista de realização do procedimento legal nos últimos quatro anos. Santa Catarina aparece nas últimas posições desde 2012. No ranking abaixo, aparecem os três estados do Sul e o Estado mais populoso das outras regiões para: Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



"Eles inventam milhares de mentiras para não atender"

ENTREVISTA

OSMAR RIBEIRO COLÁS

Coordenador do projeto Mais 30, do Ministério da Saúde

Em passagem por SC, Osmar Ribeiro Colás, coordenador do projeto Mais 30, do Ministério da Saúde, que projeta criar 30 novos serviços de aborto legal no país, conversou com a reportagem do Diário Catarinense sobre o desafio de implementar serviços para o atendimento de interrupção da gestação nos casos previstos em lei nos hospitais brasileiros.



Qualquer pessoa pode passar por isso. Eu não esqueço mais disso. Fiquei mal. Também fui parar na psicóloga. Porque eu pensei: "será que estou fazendo certo?" E depois ela chegou para mim e disse: "doutor, o senhor salvou a minha vida". Ai ela me fez enxergar tudo de maneira diferente. A lei dos homens, a lei do diretor do hospital, a lei do médico não podem recriminar ou permitir que essa mulher sofra.

Como foi estruturado o programa aborto legal no Brasil?

Em 1989, o movimento feminista quis montar um programa de atendimento oficial, público, para a realização dos abortos nos casos previstos em lei. Principalmente nos casos de estupro, que a lei de 1940 já dizia que a mulher tinha direito. Como nós tivemos uma prefeita feminista em São Paulo [Luiza Erundina], foi muito fácil criar um documento que teoricamente obrigava todo hospital do município a realizar o procedimento. Então começou lá no Jabaquara [Hospital Perola Byington]. Foi difícil, levou muito tempo. Nós, eu e o doutor Jorge Andalaft [Neto], fizemos o primeiro aborto legal em junho de 89. Dentro da prefeitura, propus que todos os hospitais fizessem o treinamento e eles fizeram, mas isso não era suficiente.

Por quê?

Porque infelizmente nós temos um vício, em que os diretores dos hospitais acham que o hospital é deles. A gente cobrava e eles diziam assim: "no meu hospital não vai ter isso". Isso continua até hoje. Nós brigamos muito para implantar. Existem leis que dizem que todo hospital deveria atender violência sexual da mesma maneira com que atendem uma gripe. Deveria ser normal. Não é assim, parece que eles têm resistência. Os gestores preferem fazer de conta que não há lugar para atender e que não há médicos que querem atender. Isso é uma mentira, porque não precisa de lugar para atender, não precisa de material, e nós, enquanto gestores, temos maneiras de seduzir o médico a fazer isso, nem que seja pagando horas suplementares. Os gestores não fazem porque não querem.

E como foi o primeiro aborto legal que o senhor atuou?

Foi de uma freira, em 1989, lá no Jabaquara. Ela foi estuprada por três homens e chegou no hospital pela psiquiatria, porque ela estava com tendências suicidas.

O que pensa sobre a objeção de consciência?

Objecção de consciência é um direito, só que tem alguns vieses que nós precisamos levar em conta. Se diz "eu sou contra o aborto porque eu acho que é tirar uma vida", eu respeito. Mas seguindo essa lógica, se for com você, você também não vai fazer. Se for a sua filha com risco de morte, você também não vai fazer. Porque você está protegendo o feto. Em caso de má-formação ou risco de vida materna eu faço, mas por estupro eu não faço? Isso, na realidade, é porque você está rotulando o estupro e o aborto por estupro como duvidoso. E essa dúvida nós sabemos qual é. É aquela dúvida machista, que diz que a mulhermente que foi estuprada para fazer o aborto. Eu respeitaria a objeção de consciência se ela fosse integral. Para quem alega só em caso de estupro, significa que o feto tem valor em algumas situações, mas em outras, não. Essa objeção de consciência é falha e discutível. Nos casos de aborto legal, o médico pode escolher não fazer, mas o serviço tem a obrigação de encontrar outro que faça. Então a objeção de consciência não é de serviço. Diretor de hospital não tem direito a objeção de consciência. Chefe de ginecologia não tem objeção de consciência. Isso que é o ético. Infelizmente isso não acontece. Nós, que visitamos esses locais, vemos que eles inventam milhares de mentiras para não atender.

SE VOCÊ CHEGA PARA MIM E DIZ EU SOU CONTRA O ABORTO PORQUE EU ACHO QUE É TIRAR UMA VIDA, EU RESPEITO, MAS SEGUINDO ESSA LÓGICA, SE FOR COM VOCÊ, VOCÊ TAMBÉM NÃO VAI FAZER. SE FOR A SUA FILHA, VOCÊ TAMBÉM NÃO VAI FAZER

As capacitações são o caminho para que se avance na garantia desse direito?

Programas são desenvolvidos quando temos a sorte de ter pessoas sensíveis à causa, como o nosso projeto que capacita os alunos de 30 hospitais universitários. Posso garantir para você que os alunos não são tão resistentes. São professores, diretores de hospital que fazem isso. Infelizmente os nossos gestores, todos eles, são totalmente despreparados. Deveria haver uma cartilha. Sabemos que o [ex] presidente da Câmara fez lobby contra o processo para descriminalizar o aborto.

O símbolo da paz em solo catarinense / Tocha olímpica / Santa Catarina / Brasil / Florianópolis / Teco Padaratz / Sombrio / Araranguá / Criciúma / Tubarão / Laguna / Palhoça / São José



Teco Padaratz respira o momento de emoção e união em torno da chama

O SÍMBOLO DA PAZ EM SOLO CATARINENSE

A TOCHA OLÍMPICA, que representa a união entre os povos, volta a Santa Catarina a partir deste fim de semana

DÉBORA FERREIRA

debora.ferreira@diariocatarinense.com.br

É com o coração cheio de esperança que os catarinenses recebem novamente a tocha olímpica neste final de semana. Ela está longe de ser apenas um fogo que queima incessantemente e que passa de mão em mão, percorrendo todas as regiões do Brasil. O símbolo da paz e da união entre os povos, na verdade, ganhou um novo significado no Brasil, consequência do conturbado momento que o País atravessa política e economicamente. E, da chegada no Sul do Estado, na tarde de sábado, até o início da noite de domingo, em Florianópolis, essa reflexão será difundida pelas ruas, avenidas e rodovias de SC.

A chama é o elo entre o berço da Olimpíada, na Grécia, aos jogos con-

temporâneos e apresenta para as novas gerações os ideais de cultura e paz que nasceram com os Jogos.

Apesar do cenário de aparente insatisfação na maioria das cidades em que a tocha chega, a ansiedade e a emoção que tomam conta dos condutores, aos poucos parecem tocar as pessoas.

Anônimos e famosos estão entre os escolhidos para participar do revezamento. Em Florianópolis, um deles será o surfista Teco Padaratz, que diz estar ansioso para este momento.

É uma emoção muito grande representar o esporte. Estou nervoso, sei que um representante do sonho de muitas pessoas. Junto com a tocha vou carregar a energia das pessoas, da minha família, dos meus amigos e certamente vou lembrar de muitos momentos da minha carreira - conta o surfista.

Teco acredita que o sentimento olímpico precisa ser maior do que os

problemas que afetam o país. Para ele, as pessoas deveriam se espelhar nos exemplos que estarão nas ruas, pessoas que venceram na vida e que vão carregar a chama da Olimpíada.

- Tantos exemplos ruins surgem todos os dias, mas agora é o momento de nos unirmos e encararmos a passagem da tocha como um ponto de alegria, é hora de exaltarmos as coisas boas - alerta.

DO SUL ATÉ A CAPITAL


No sábado, a tocha inicia o percurso em solo catarinense a partir de Sombrio, passa em Araranguá e encerra o dia em Criciúma. No domingo, o trajeto começa em Tubarão, segue para Laguna, Palhoça, São José e termina com uma festa em Florianópolis. A Capital será a cidade número

224 do país a receber o revezamento.

Em todas as cidades por onde a chama irá passar haverá uma série de apresentações culturais e esportivas para celebrar a chegada da chama de paz. Em Criciúma e Florianópolis, apresentações musicais gratuitas marcam o fim do revezamento com uma cerimônia especial.

Até o momento, a tocha olímpica já passou por 214 cidades em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Mais de 7,7 mil pessoas tiveram a oportunidade de carregá-la. Na terça-feira o revezamento recomeça em Biguaçu.

A festa mundial do esporte também é a festa do amor, da superação e da tolerância. E em tempo de insegurança cada vez maior, pensar nos jogos como uma chama de esperança acalenta o coração de quem ainda acredita no poder transformador que o esporte tem.


Acompanhe a
cobertura da
passagem da
tocha em
leia.de.sc/
tochaSC

Notícias do Dia Especial

“Da luz da pomboca ao fogo olímpico”

Da luz da pomboca ao fogo olímpico / Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016 / Santa Catarina / São Lourenço do Oeste / Chapecó / Concórdia / Rio Grande do Sul / Sombrio / Araranguá / Criciúma / Tubarão / Laguna / Palhoça / São José / Florianópolis / Ponte Hercílio Luz / Parque da Luz / Avenida Beira-Mar Norte / Biguaçu / Balneário Camboriú / Itajaí / Ilhota / Gaspar / Blumenau / Massaranduba / Jaraguá do Sul / São Francisco do Sul / Joinville / UFSC / Fabiana Beltrame / Fernando Scherer / Teco Padaratz / Mário José Petrelli Filho

Cidade

EDITOR: Marcelo Santos :: marcelo.santos@noticiasdodia.com.br :: @ND_Online

Da luz da pomboca ao fogo olímpico

Revezamento da tocha chega neste fim de semana à Grande Florianópolis

MATHEUS JOFFRE
matheus.joffre@noticiasdodia.com.br

Acostumada à chama ténue da pomboca no passado e às labaredas flamejantes do boitá de Franklin Cascaes, Florianópolis receberá um fogo com significado especial neste domingo. O Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016 chega à Capital após passar por 223 cidades e pelas mãos de mais de 7.700 pessoas dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Em Santa Catarina, a chama olímpica esteve em São Lourenço do Oeste, Chapecó e

Concórdia, na primeira passagem pelo Estado antes de seguir para o Rio Grande do Sul. Neste sábado, ela retorna por Sombrio, passa por Araranguá e pernitoa em Criciúma. No domingo, segue por Tubarão, Laguna, Palhoça e São José até chegar a Florianópolis, por volta das 15h.

O revezamento na Capital terá como ponto de partida o mirante da ponte Hercílio Luz, no Parque da Luz, e terminará no trapiche da Avenida Beira-Mar Norte, passando por lugares históricos, como o Mercado Público, a rua Conselheiro Mafra e a praça 15 de Novembro. Serão 105 condutores, entre eles

a remadora Fabiana Beltrame, o ex-nadador Fernando Scherer e a lenda do surfe Teco Padaratz. Cada pessoa carregará a tocha por 200 metros. Com os deslocamentos de carro, o trajeto final somará cerca de 25 quilômetros. O ex-tenista Guga Kuerten não participa do revezamento em Florianópolis.

Após a Capital, virão Biguaçu, Balneário Camboriú, Itajaí, Ilhota, Gaspar, Blumenau, Massaranduba, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e Joinville, última cidade do Estado a receber a chama. No total, a tocha percorrerá mais de 300 cidades em todo o Brasil e será conduzida por cerca de 12 mil pessoas.

“

Será um orgulho representar o surfe, toda a legião de surfistas de Santa Catarina. Será tipo cantar com o Bono Vox”.

TECO PADARATZ



REUTERS/ALAMY

LEENDA
Bicampeão mundial do WQS, Teco Padaratz espera que o surfe seja incluído como modalidade olímpica já na edição dos Jogos de 2020, em Tóquio, no Japão

ORGULHO DO SURFE

Velha guarda muito bem representada

Com o surfe brasileiro em alta após os títulos mundiais de Gabriel Medina e Mineirinho nas últimas duas temporadas, o ex-surfista Teco Padaratz, 45, será o representante da velha guarda do esporte no revezamento da tocha em Florianópolis. “Já carreguei a tocha do Pan, em 2007, e foi emocionante. Será um orgulho representar o surfe, toda a legião de surfistas de Santa Catarina. Será tipo cantar com o Bono Vox [vocalista do U2]”, comemorou.

Nascido em Blumenau, Teco começou a surfar em Balneário Camboriú, mudou-se para a Capital e fez história ao conquista-

tar duas vezes o título mundial do WQS – a divisão de acesso para a elite –, em 1992 e 1999, em uma época em que o surfe ainda era considerado um esporte marginal. “Eu e o Fabinho Gouveia estávamos desbravando o circuito mundial. Vimos que era preciso ter toda uma estrutura, um modelo de surfista profissional, com treinador, patrocinador, empresário, que não bastava apenas saber surfar bem. E, hoje, vemos que não foi em vão. Fico feliz em ver essa nova geração no topo”, avaliou o ex-surfista, que há 14 anos é dono dos direitos do WCT no Brasil.

Vaga olímpica

O próximo passo para evolução do surfe, segundo Teco Padaratz, é a inclusão do esporte na Olimpíada, o que pode acontecer já em Tóquio 2020. Além do surfe, caratê, skate, escalada e beisebol/softbol também pleiteiam a vaga nos Jogos Olímpicos. “Já temos piscinas de ondas artificiais testadas e aprovadas, ou seja, não há impedimento para a realização do surfe em Olimpíadas em lugares onde não tenha mar”, ponderou. (Matheus Joffre)

EM FLORIANÓPOLIS

Confira o trajeto da tocha na Capital

1. Parque da Luz
2. Rua Conselheiro Mafra
3. Rua Francisco Tolentino
4. Rua Pedro Ivo
5. Av. Paulo Fontes
6. Praça XV de Novembro
7. Rua Tenente Silveira
8. Rua Deodoro
9. Rua Prefeito Osmar Cunha
10. Av. Rio Branco
11. Rua Crispim Mira
12. Av. Mauro Ramos
13. Av. Gov. Irineu Bornhausen
14. Av. Prof. Henrique da Silva Fontes
15. Rua Madre Benvenuta
16. Rua Lauro Linhares
17. Rua Roberto Sampaio Gonzaga



FLAVIO TRINDAD



Florianópolis
São José
Palhoça

GUERREIRO
Mário encontrou no triatlo a força para vencer a briga pela vida e pela saúde

HOMEM DE FERRO

Luta e superação pelo esporte

Entre os condutores da tocha, além de personalidades do esporte catarinense, também estão pessoas comuns com histórias de superação, como Mário José Petrelli Filho, 53, que nos últimos 15 anos disputou 11 Ironmans, mas também passou pela situação delicada de retirar 18 tumores, o último deles há três meses, na mama.

Campeão brasileiro juvenil nos 400 metros e quarto colocado em um Troféu Brasil, o hoje advogado e vice-presidente da Fetrisce (Federação de Triathlon de Santa Catarina) foi reserva da equipe do Pan-Americano de 1983, na Venezuela, e esteve perto de ir para a Olimpíada do ano seguinte, em Los Angeles.

Em 2000, após ter deixado o esporte de alto

rendimento de lado para se dedicar à carreira profissional, descobriu um câncer de pele e encontrou no triatlo a força para superar o tratamento. "Eu comecei com um passo de cada vez. Melhorou minha saúde, fiz grandes amigos e também conheci lugares bacanas nas viagens", contou Petrelli.

O incentivo para se inscrever no revezamento da tocha partiu da esposa e das filhas e foi realizado por meio da Fundação Municipal de Esportes. "No começo, eu pensei que 200 metros seriam muito pouco para curtir esse momento. Mas, na verdade, não são só 200 metros, antes disso teve todo um trajeto de quilômetros para chegar até esse momento que, com certeza, será especial", ressaltou.

PERCURSO

Ruas que terão o trânsito alterado para passagem da tocha olímpica

PALHOÇA: 11H30
Avenida Barão do Rio Branco
Rua Coronel Bernardino Machado
Rua José Maria da Luz
Rua Caetano Silveira de Matos
Rua João Born
Avenida Aniceto Zacchi

SÃO JOSÉ: 13H
Praça Arnaldo de Souza
Rua Gaspar Neves
Avenida Beira-Mar
Serviço Osmar Benjamin da Rosa
Avenida Presidente Kennedy
Rua Capitão Adelino Platt
Rua Adhemar da Silva
Rua Altamiro Di Bernardi
Avenida Lédio João Martins

FLORIANÓPOLIS: 15H

Percursos 1:
Parque da Luz
Rua Conselheiro Mafra
Rua Francisco Tolentino
Rua Pedro Ivo
Av. Paulo Fontes
Praça 15 de Novembro
Rua Tenente Silveira
Rua Deodoro
Rua Prefeito Osmar Cunha

Percursos 2:
Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira
Rua Dep. Antônio Edu Vieira
Rua João Pio Duarte Silva

Percursos 3:
Rua João Pio Duarte Silva
Rua Vera Linhares de Andrade
Rodovia Admar Gonzaga
Avenida Madre Benvenuta
Avenida Professor Henrique da Silva Fontes
Rua Dr. Albert Sabin
Rua Rui Barbosa
Avenida Irineu Bornhausen

Programas culturais de Florianópolis

Cabeceira da ponte Hercílio Luz
Horário: das 13h30 às 15h15
Ginástica Artística
Boi de Mamão
Folia do Divino
Terno de Reis
Banda da Polícia Militar
Valdir Agostinho e Banda

Largo de Cataratas
Horário: das 14h às 15h45
Apresentação de Taekwondo
Boi de Mamão
Orquestra de Cordas da Ilha
Cantora Marjory Porto

Avenida Madre Benvenuta (Em frente à Loja)
Horário: 15h às 16h10
Apresentação de Boxe
Banda John Bala Jones
Passagem da Tocha Olímpica
Banda John Bala Jones

UFSC
Horário: 13h às 16h40
Final do Campeonato de Futebol UFSC
Bateria das Atléticas do CTC
Boi de Mamão
Édio & Thiago
Valdir Agostinho e banda

Tratado da Beira-Mar Norte
Horário: 16h
Expresso Rural
Banda Dazaranha
NXZero
Ludmila

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 09/07/2016

[Hospital Universitário da UFSC precisa de doações urgentes de sangue do tipo O negativo](#)

[Maurício Meireles - Mala em Santa Catarina tem cartas de Jorge Amado e amante](#)

[Pavimentação é prioridade para a região](#)

[Raul Jungmann, Ministro da Defesa, é recebido com protesto na UFSC](#)

Notícias dia 10/07/2016

[Depois do Sul, Tocha Olímpica chega e percorre Floripa nas mãos de estrelas](#)

[FOTOS: veja imagens da passagem da tocha olímpica por SC](#)

[Aumento na tarifa dos ônibus em Curitiba](#)

[PAN recebe ações do projeto Agricultura Legal](#)